

**PROTOCOLO ENTRE O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO  
URBANA, I.P. E O MUNICÍPIO DE MAFRA NO ÂMBITO DO PROGRAMA  
"REABILITAR PARA ARRENDAR – HABITAÇÃO ACESSÍVEL"**

**Considerando que:**

- (A)** A reabilitação das áreas urbanas antigas, em especial dos centros históricos, é um desígnio nacional;
- (B)** Este desígnio se constitui como um enorme desafio para todas as entidades, sejam elas públicas ou privadas, e visa regenerar os centros urbanos, contribuir para a sua dinamização e valorização económica e facilitar o acesso das famílias à habitação;
- (C)** A aposta do setor da reabilitação urbana, a par de outras iniciativas, contribui indubitavelmente para a criação de emprego e a dinamização do mercado do arrendamento;
- (D)** O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) tem por missão assegurar a concretização da política definida pelo Governo para as áreas da habitação e da reabilitação urbana;
- (E)** O IHRU, I.P., neste contexto, criou uma linha de financiamento, designada por "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível", por forma a concorrer, simultaneamente, para o alcance dos objetivos estabelecidos nos vários documentos estratégicos e de política pública em matéria de reabilitação urbana, e cuja disseminação e operacionalização se ambiciona que seja o mais abrangente possível;
- (F)** O novo programa "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível", tem por objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que após a reabilitação se destinem, predominantemente, a fim habitacional, devendo as frações habitacionais destinar-se a arrendamento em regime de renda condicionada;
- (G)** O Município de Mafra está fortemente empenhado em promover a reabilitação urbana dos centros históricos do Concelho, bem como dos imóveis antigos que estejam degradados, apoiando os proprietários nos processos de licenciamento dos imóveis a reabilitar, dadas as atribuições

que possui, designadamente, nos domínios da habitação, promoção do desenvolvimento e ordenamento do território e urbanismo, em conformidade com o disposto no artigo 2.º e 23.º, n.ºs 1 e 2, alíneas i), m) e n), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

- (H)** Nos termos estipulados na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central”.

**Assim, entre:**

O **Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.**, adiante designado por **1.º Outorgante** ou **IHRU, I.P.**, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 – 8.º andar, em Lisboa, representado neste ato pelo Presidente do Conselho Diretivo, Senhor Arq.º Victor Reis;

e

O **Município de Mafra**, adiante designado por **2.º Outorgante** ou **Município**, pessoa coletiva n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, em Mafra, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º Hélder Sousa Silva;

**É celebrado o presente protocolo de cooperação institucional, no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”, do qual os Considerandos *supra* fazem parte integrante e que se rege pelas cláusulas seguintes:**

**Cláusula 1.ª**

1. O presente protocolo tem como finalidade definir os termos e condições de cooperação institucional no âmbito da promoção do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”.



2. O enquadramento desta parceria obedece ao previsto nos diplomas aplicáveis, designadamente, no regime jurídico da reabilitação urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação vigente, no regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, na sua redação atual, no regime de renda condicionada aplicável a contratos de arrendamento para fim habitacional, aprovado pela Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, e ainda no Regulamento definido para o programa, o qual se encontra disponível para consulta *in* [www.portaldahabitacao.pt](http://www.portaldahabitacao.pt).

#### **Cláusula 2.ª**

Pelo presente protocolo, os outorgantes estabelecem, por escrito, a informação que é considerada relevante para efeitos da cláusula anterior, sem prejuízo de outras que venham a ser definidas no futuro, mediante modificação ou revisão do presente protocolo, por acordo escrito entre os outorgantes.

#### **Cláusula 3.ª**

O IHRU, I.P. obriga-se a:

1. Promover e realizar ações de formação dirigidas aos elementos que venham a ser designados pelo Município.
2. Assegurar o apoio ao Município na divulgação e esclarecimentos sobre o programa, através de um canal aberto no Instituto para o efeito.
3. Manter atualizada a informação relativa ao programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” e informar o Município dessas atualizações.
4. Facultar ao Município o material de suporte de que disponha em relação à informação sobre o programa.

#### **Cláusula 4.ª**

O Município obriga-se a:

1. Identificar proprietários, que sejam detentores de património habitacional a carecer de reabilitação, promovendo junto destes a divulgação do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”.

2. Contribuir para a divulgação pública do programa, nomeadamente difundindo a informação facultada pelo IHRU, I.P..
3. Apoiar os promotores, proprietários e projetistas nos processos de licenciamento das obras de reabilitação dos imóveis candidatos ao programa "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível".

#### **Cláusula 5.ª**

1. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta, e com o propósito de agilizar e articular os processos da cooperação institucional, os outorgantes acordam designar um representante de cada um deles, que será o gestor.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, são designados:
  - a) Em representação do Município, o Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente;
  - b) Em representação do IHRU, I.P., a Diretora da Direção de Gestão do Sul Eng.ª Maria Paula Pereira.

#### **Cláusula 6.ª**

1. O IHRU, I.P., aceita a extensão deste protocolo a outras entidades que venham a ser identificadas pelo Município, no domínio da divulgação e do apoio técnico no âmbito do Programa "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível".
2. Para efeitos do disposto no número anterior, essas entidades devem manifestar a sua vontade, de forma expressa, junto do Município e do IHRU, I.P., mediante simples comunicação por correio eletrónico, daquela intenção.

#### **Cláusula 7.ª**

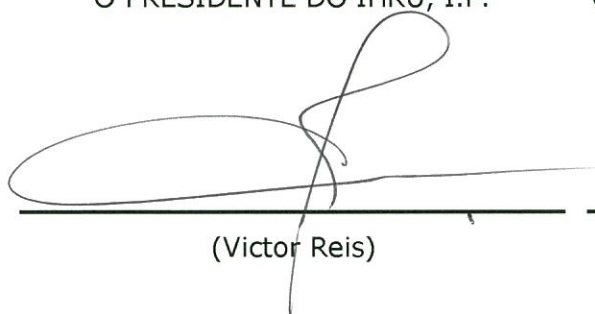
1. O presente Protocolo é celebrado pelo período de três anos, produzindo efeitos na data da sua assinatura.
2. Findo o prazo referido no número anterior, o presente protocolo considera-se automática e sucessivamente renovado, por iguais períodos e nas mesmas condições, se não for denunciado por qualquer uma das partes, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação ao seu termo ou de qualquer uma das suas renovações, mediante carta registada com aviso de receção para a sede das partes.

### **Cláusula 8.ª**

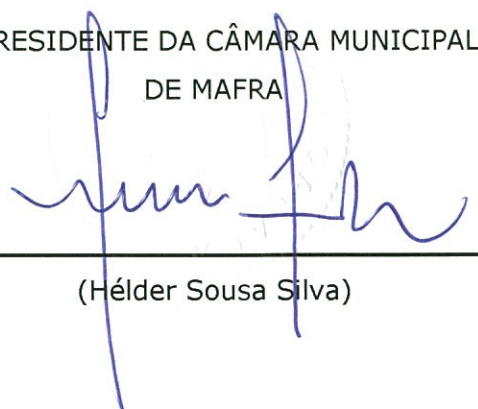
As questões resultantes da execução ou interpretação do presente protocolo, assim como os casos omissos, serão dirimidos por acordo escrito entre as partes, atenta a legislação aplicável.

Feito em dois exemplares, de igual valor e conteúdo, valendo os mesmos como originais, ficando um em poder do IHRU, I.P. e outro em poder do Município de Mafra.

O PRESIDENTE DO IHRU, I.P.

  
(Victor Reis)

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE MAFRA

  
(Hélder Sousa Silva)

Mafra, 28 de outubro de 2016.